PARECER N° , DE 2008

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 119, de 2006 – Complementar (PLP n° 184, de 2004, na origem), que *institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste – SUDECO, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos, área de competência e instrumentos de ação.*

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 119, de 2006 – Complementar, visa instituir, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco).

A proposição corresponde à versão aprovada, na Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar (PLP) n° 184, de 7 de junho de 2004, de iniciativa do Poder Executivo. Após exame por uma Comissão Especial destinada a proferir parecer sobre a matéria naquela Casa, o projeto foi aprovado em 29 de novembro de 2006, na forma de Substitutivo adotado pela Comissão Especial.

Em síntese, o PLC n° 119, de 2006, compreende os seguintes dispositivos:

§ institui a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), como autarquia especial, administrativa e financeiramente autônoma, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede em Brasília, Distrito Federal (art. 1°);

- § delimita a área de atuação da Sudeco, que abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal (art. 2º);
- § estabelece a finalidade da Sudeco, qual seja, a de promover o desenvolvimento includente e sustentável da sua área de atuação e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional (art. 3º);
- § relaciona as competências da autarquia (art. 4º);
- § dispõe que a Sudeco compõe-se de Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Conselho Administrativo da RIDE, Diretoria Colegiada, Procuradoria-Geral, Ouvidoria-Geral e Auditoria-Geral (art. 5º);
- § enumera as autoridades que compõem o Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste (art. 6º) e determina a periodicidade de sua reunião, na presença do Presidente da República e sob a forma a ser adotada no regimento interno do colegiado (art. 7º);
- § fixa as atribuições do Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste em relação à aprovação dos planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas, bem como em relação ao FCO (art. 8º);
- § prevê que a composição e as atribuições do Conselho Deliberativo do FCO e do Conselho Administrativo da RIDE serão definidas em ato do Poder Executivo (art. 9º);
- § determina a composição da Diretoria Colegiada e prevê que a estrutura básica da Sudeco, as competências de suas unidades e seu quadro de pessoal serão estabelecidos em ato do Poder Executivo (art. 10);
- § estabelece que o Superintendente é o representante da Sudeco, em juízo ou fora dele (art. 11);

- § relaciona os instrumentos de ação da Sudeco, entre eles, o plano estratégico de desenvolvimento sustentável, o plano plurianual e o orçamento anual regionalizados e os incentivos fiscais e financeiros (art. 12);
- § discrimina as receitas da Sudeco (art. 13);
- § relaciona os instrumentos financeiros da autarquia para o desempenho de suas competências (art. 14);
- § dispõe que os recursos destinados ao desenvolvimento do Centro-Oeste serão operados pelo Banco do Brasil S.A., instituições financeiras de natureza pública, agências de fomento e organizações de crédito cooperativo até a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste (art. 15); e
- § determina a entrada em vigor da lei complementar na data de sua publicação (art. 16).

Lida, no Senado Federal, em 6 de dezembro de 2006, a matéria foi distribuída às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento Regional e Turismo.

Com a aprovação do Requerimento nº 1.246, de 2006, de autoria do Senador Arthur Virgílio, a ordem de tramitação foi alterada para que a Comissão de Assuntos Econômicos se pronuncie a respeito do projeto após a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.

A proposição foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em 6 de agosto de 2008, sob a forma de Substitutivo e, agora, se encontra sob análise desta Comissão.

Na CCJ, foram oferecidas três emendas e, agora, na CDR, foram apresentadas duas emendas. A Emenda nº 1 – CCJ, de autoria do Senador Valter Pereira, propõe modificação no art. 15 do projeto, para que os recursos do FCO, até a entrada em atividade do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sejam operados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Regional de Brasília, Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul e por outras instituições financeiras em cujo capital social o setor público seja majoritário, bem assim pelas agências de fomento e organizações de crédito credenciadas.

A Emenda nº 2 – CCJ, cujo autor é o Senador Marconi Perillo, foi reapresentada nesta Comissão como Emenda nº 1 – CDR, e tem como objetivo alterar o art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para proibir o contingenciamento dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento ou seu uso para outras funções pelo agente financeiro que não aquelas estabelecidas na citada lei.

A Emenda nº 3 – CCJ, também de autoria do Senador Marconi Perillo, foi reapresentada nesta Comissão como Emenda nº 2 – CDR, e tem como objetivo alterar o art. 3º da Lei 7.827, de 1989, com vistas à vedação, nos empréstimos com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, da exigência de garantias na forma de bens com valor de mercado superior ao valor a ser financiado.

Com esta apresentação sucinta da proposição e das emendas, passo à análise.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno desta Casa, cabe à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo opinar sobre programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional, tal como propõe o PLC nº 119, de 2006.

A Constituição Federal, em seu art. 43, prevê que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Com base no mencionado dispositivo constitucional, já foram criadas, mediante as Leis Complementares nº 124 e 125, de 2007, as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), respectivamente. Agora, sob o mesmo marco constitucional, o Poder Executivo está propondo a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

A Câmara dos Deputados empreendeu algumas modificações ao projeto original do Executivo, que passaremos a listar:

- § desmembramento do art. 3º do projeto original, passando o inciso I a constituir a finalidade da Sudeco e os demais incisos, agrupados no art. 4º, a constituir as competências da autarquia;
- § inclusão de outras duas atribuições ao rol de competências da autarquia, quais sejam, definir, em articulação com os Ministérios competentes, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais da região e promover o desenvolvimento e a proteção ambiental dos ecossistemas do Centro-Oeste, em especial do Cerrado e do Pantanal;
- § limitação a seis do número de ministros de Estado integrantes do Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste;
- § explicitação de que os planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas, a serem formuladas pelo Conselho de Desenvolvimento do Centro-Oeste, devam dar prioridade às iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional;
- § enumeração das atribuições do Conselho de Desenvolvimento, em relação ao FCO, quais sejam: aprovar os programas de financiamento, avaliar os resultados obtidos e determinar as medidas de ajustes para o cumprimento das diretrizes;
- § inclusão dos incentivos fiscais e financeiros no rol de instrumentos de ação da Sudeco;
- § especificação de que o plano plurianual e o orçamento anual regionalizados fixarão a destinação dos recursos de caráter constitucional ou orçamentário voltados ao desenvolvimento regional;
- § menção de que os recursos destinados ao desenvolvimento do Centro-Oeste e à aplicação em programas de financiamento serão operados pelo Banco do Brasil S.A. e por outras instituições financeiras públicas, agências de fomento e organizações de crédito cooperativo até a criação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Foram estas as modificações aprovadas na Câmara dos Deputados. Agora, passemos às alterações a serem objeto de análise e aprovação nesta Comissão. Embora a proposição original do Executivo tenha sido objeto de aprimoramento pela Câmara dos Deputados, existem ainda certos aspectos merecedores de aperfeiçoamento, razão pela qual apresentamos Substitutivo ao projeto, cujas alterações propostas passaremos a detalhar.

Inicialmente, devido aos variados aspectos tratados pela proposição, sugerimos a divisão do texto em capítulos, que ordenem os assuntos e agrupem os dispositivos semelhantes, permitindo sua fácil identificação. Assim, o projeto foi dividido em sete capítulos, com os seguintes títulos: Da Missão Institucional, Do Conselho Deliberativo, Da Diretoria Colegiada, Do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, Do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste e Disposições Finais e Transitórias.

No PLC nº 119, de 2006 – Complementar, a nova Autarquia passou a ter sua missão institucional delineada de forma adequada e abrangente, pela combinação do disposto nos arts. 3º e 4º. Assim, a ementa também estabelece a “missão institucional” da Autarquia. Ainda foi retirada a expressão “sustentável” da denominação da superintendência, tendo em vista que o conceito de desenvolvimento, modernamente, já pressupõe a sustentabilidade.

Para melhor desempenho de suas atribuições, propõe-se o acréscimo de parágrafo único ao art. 1º, com a previsão de que a Autarquia manterá, à medida que necessário, escritórios nos Estados de sua área de atuação.

Em relação à área de atuação, foi mantida a redação original do *caput* do art. 2º: a área de atuação da Superintendência abrange os Estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

Os incisos do art. 4º relacionam as atribuições da Autarquia. Promove-se ajuste no inciso XIII, para tornar claro que compete à Sudeco definir, por meio de Resolução do Conselho Deliberativo, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na região, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico. A referência à articulação com os ministérios é dispensável, em virtude da presença dos ministros no próprio Conselho Deliberativo, conforme prevêm os incisos II e III do art. 8º.

Ainda em referência ao art. 4º, as atribuições acrescidas à competência da Sudeco relacionam-se à definição, pela Autarquia, de objetivos e metas norteadores dos planos, programas e ações na região; à elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste; à função de assessoramento na elaboração de planos plurianuais e leis orçamentárias regionalizadas; à cooperação com consórcios públicos e com organizações sociais de interesse público em prol do desenvolvimento da região; ao estímulo à obtenção de patentes ligadas à biodiversidade regional; e à definição da aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), a ser criado.

No mesmo art. 4º, também estabelecemos que a ação da Sudeco deverá ser articulada com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O inciso II, que trata da competência da Sudeco para elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, determina que o mesmo deverá ser articulado com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Mediante essa articulação com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste estabelecerá as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste. O mesmo ocorre com a aplicação dos recursos do futuro Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Em relação ao art. 5º, que trata da composição da Sudeco, exclui-se o Conselho Deliberativo do FCO para eliminar a duplicidade de conselhos deliberativos. O Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e o CONDEL/FCO não cabem em uma mesma entidade, pois são colegiados com igual área de abrangência (DF, GO, MT e MS) e com representação dos mesmos entes federativos e forças econômicas e sociais. A exclusão justificase também pelo fato de que o FCO, instrumento financeiro de que disporá a nova Sudeco para fomentar o desenvolvimento regional, não deve ter duas instâncias de decisão.

O art. 6º, que corresponde ao art. 12 do substitutivo aprovado na Câmara dos Deputados, lista, como instrumentos de ação da Sudeco, o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, o FCO, o FDCO, os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, na forma da Constituição Federal e da legislação específica, além de outros instrumentos definidos em lei. Adicionalmente, foi estabelecido em parágrafo único que “Os recursos destinados ao desenvolvimento regional de caráter constitucional, legal ou orçamentário integrarão o Plano Regional de Desenvolvimento do

Centro-Oeste, de forma compatibilizada com o plano plurianual do Governo Federal”.

No tocante aos instrumentos de ação previstos no texto oriundo da Câmara dos Deputados, julgou-se apropriado retirar o plano plurianual, o orçamento anual, os planos sub-regionais de desenvolvimento, o orçamento dos instrumentos financeiros e o zoneamento ecológico-econômico. Avaliou-se que esses itens não são instrumentos de ação à disposição da Autarquia para promover o desenvolvimento regional.

O art. 7º do Substitutivo, correspondente ao art. 13 da versão aprovada na Câmara, estabelece três fontes de receitas para a Sudeco: dotações orçamentárias consignadas no Orçamento-Geral da União, a taxa de administração do FDCO, equivalente a dois por cento do valor de cada liberação de recursos, e outras receitas previstas em lei.

O art. 8º do Substitutivo trata da composição do Conselho Deliberativo. Ele traz mudanças em relação ao texto aprovado pela Câmara dos Deputados. Além do Ministro de Estado da Integração Nacional, também integram o Colegiado os Ministros de Estado da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão. Os demais Ministros participarão do Conselho sempre que a pauta das reuniões assim o requerer, de acordo com o disposto no regimento interno. Inclui-se, ainda, na composição do Conselho, o Presidente da instituição financeira federal administradora do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Atualmente, seria o Presidente do Banco do Brasil, mas, no futuro, espera-se que seja o Presidente do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, criado pelo § 11 do art. 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Quanto aos representantes dos municípios, da classe empresarial e dos trabalhadores, achamos mais adequado que a forma de escolha e indicação passe a ser definida em resolução do Conselho Deliberativo, por proposta da Diretoria Colegiada. Esclarecemos, ainda, que o Superintendente da Sudeco será responsável pela direção das atividades da Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo.

No tocante à periodicidade das reuniões, nossa sugestão, apresentada no art. 9º, é que o Conselho tenha reuniões trimestrais, com atividades e iniciativas reguladas conforme regimento interno a ser aprovado por seus membros.

O Conselho Deliberativo, de acordo com as atribuições dispostas no art. 10, relativamente ao FCO, aprovará os programas de financiamento com base nas diretrizes e prioridades estabelecidas pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Também em relação ao FDCO, sempre tendo como referência o Plano Regional de Desenvolvimento, o Conselho estabelecerá, anualmente, as diretrizes e as prioridades para aplicação dos recursos, credenciará os agentes executores, estabelecerá rotinas e procedimentos para a apresentação de propostas de financiamento e analisará e deliberará sobre os investimentos a serem financiados com recursos do Fundo, sempre com base em parecer emitido por sua Secretaria-Executiva.

Chamamos a atenção para o dispositivo do art. 10 de nosso Substitutivo. As atribuições do Condel/FCO na gestão do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste serão transferidas para o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste. Mas este Conselho só terá condições de exercer plenamente suas competências após a efetiva entrada em operação da Sudeco. Desse modo, procuramos evitar a descontinuidade na gestão do FCO entre a aprovação desta lei e o efetivo funcionamento da Sudeco, mediante a previsão de uma regra de transição no § 3º no art. 10.

Os comitês temáticos previstos no art. 10 de nosso Substitutivo, concebidos como instrumentos de monitoramento e acompanhamento das diretrizes constantes do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, poderão ter a relevante participação de entidades representativas das classes empresariais e dos trabalhadores, das organizações sociais de interesse público que tratem de temas ligados à economia regional e das instituições de ensino superior do Centro-Oeste. Note-se que a constituição desses comitês temáticos, que serão temporários, dependerá de orientações gerais a serem estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

Não alteramos a composição da Diretoria, que continua a ser formada pelo Superintendente, que a presidirá, e mais três diretores, todos de livre escolha e nomeação pelo Presidente da República, conforme dispõe o art. 11 do Substitutivo. Note-se que o art. 11 reserva à Diretoria Colegiada a administração geral da Sudeco e o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, como sua Secretaria-Executiva. Tudo na forma do regulamento a ser expedido pelo Ministério da Integração Nacional.

O projeto, seja na versão original, seja na versão aprovada pela Câmara dos Deputados, não relaciona as competências da Diretoria Colegiada, pois elas seriam definidas em ato do Poder Executivo. O texto apenas menciona que cabe à Autarquia a administração geral e o cumprimento das diretrizes e propostas aprovadas pelo Conselho Deliberativo (atual *caput* do art. 10 do projeto). O disposto ali não nos parece suficiente; entendemos que é necessário discriminar as competências da Diretoria Colegiada, o que trará maior legitimidade às suas ações. É o que propomos na redação do art. 12 de nosso Substitutivo.

Ao Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, foi dedicado capítulo à parte, devido à sua importância como elemento norteador das ações e políticas públicas direcionadas à região. Propomos, no art. 13, que ele seja elaborado pela Sudeco, em conjunto com os ministérios setoriais, os órgãos e as entidades federais presentes na região, e submetido à apreciação do Congresso Nacional, conforme estabelece a Constituição. O cumprimento do Plano será avaliado por meio de relatórios anuais, aprovados pelo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste e encaminhados à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e às demais comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional (art. 14 do Substitutivo em análise).

Como reforço ao disposto no art. 165, § 7º, da Constituição Federal, que estabelece entre as funções do orçamento, a de reduzir as desigualdades inter-regionais, prevê-se o encaminhamento, pelo Executivo, de proposta orçamentária contendo a regionalização das dotações orçamentárias para o Centro-Oeste (art. 15 do Substitutivo). Procura-se, dessa forma, institucionalizar a inserção do Centro-Oeste na disputa por prioridades junto ao planejamento federal e por dotações junto ao Orçamento da União.

Dispositivos semelhantes ao art. 15 foram vetados pela Presidência da República por ocasião da apreciação das leis complementares que recriaram a Sudene e a Sudam, sob o argumento de que a matéria deveria estar contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Cabe-nos, portanto, justificar sua inclusão, já que o artigo atende a um preceito constitucional.

A Constituição Federal, em seu art. 165, § 1º, determina que a lei que instituir o plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. De acordo com o § 7º do mesmo artigo, o orçamento

fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, e o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a votos, deverão ser compatibilizados com o plano plurianual e terão entre suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional. Estabelece ainda o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que o disposto no art. 165, § 7º, será cumprido de forma progressiva, no prazo de até dez anos. Desse modo, a regionalização que ora propomos atende um preceito constitucional.

Em relação ao mérito, o art. 15 é inovador porque busca facilitar o acompanhamento, por parte dos parlamentares e da sociedade civil, dos recursos disponíveis para a redução das disparidades regionais, por ocasião da discussão da proposta orçamentária anual do Governo Federal.

Com essa finalidade, o Conselho Deliberativo de Desenvolvimento do Centro-Oeste aprovará relatório avaliativo dos programas e ações do Governo Federal no Centro-Oeste, a ser enviado ao Congresso Nacional, conforme o § 7º do art. 10 do nosso Substitutivo, com vistas a subsidiar a apreciação do projeto de lei orçamentária quanto aos projetos e ações relevantes para o desenvolvimento regional.

Tendo em vista que as regiões Norte e Nordeste têm a seu favor importante instrumento para a realização de investimentos em infra-estrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos, os Fundos de Desenvolvimento da Amazônia (FDA) e do Nordeste (FDNE), cujos recursos são provenientes do Orçamento da União, propomos, no art. 16 do Substitutivo, a criação do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO).

Dada a importância da constituição do FDCO para a economia do Centro-Oeste, é de bom alvitre que nos detenhamos um pouco mais em sua justificativa. O Centro-Oeste conta hoje com apenas um instrumento para fomentar seu desenvolvimento: o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO). Os recursos do FCO são utilizados para empréstimos aos

produtores da região. Com esses recursos, as empresas podem financiar suas atividades e crescer, trazendo benefícios para todo o Centro-Oeste.

No entanto, há uma carência na região que não pode ser sanada com recursos do FCO: a deficiente infra-estrutura. É fundamental ter recursos para investir em infra-estrutura, de modo a facilitar o escoamento da produção para mercados dinâmicos e, com isso, promover o desenvolvimento. Esses recursos, de acordo com a proposta de nosso Substitutivo, virão do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a ser gerido pela Sudeco. De acordo com o art. 16, o FDCO assegurará recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e para investimentos em infra-estrutura e serviços públicos considerados prioritários pelo Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), proposto pelo Poder Executivo no bojo da Reforma Tributária – Proposta de Emenda Constitucional nº 233, de 2008 – já reconhece a necessidade de um instrumento para financiar investimentos em infra-estrutura e em serviços públicos. O mencionado Fundo terá recursos para empréstimos a produtores e recursos para aplicação a fundo perdido, para investimentos destinados a criar as chamadas “externalidades positivas”, que facilitarão o escoamento da produção.

As regiões Norte e Nordeste já possuem, respectivamente, o FDA e o FDNE, cujos recursos podem ser utilizados para financiar projetos de desenvolvimento e investimentos em infra-estrutura e em serviços públicos. O Centro-Oeste não possui tal instrumento, de modo que a política de desenvolvimento para a Região tende a ficar “desequilibrada”. Como o FNDR já contempla recursos para empréstimos e para aplicação a fundo perdido, estamos, portanto, apenas nos adiantando à Reforma Tributária e propondo a criação de mais um instrumento de política de desenvolvimento regional, que será colocado à disposição da Sudeco, tornando-a mais eficiente na consecução de seu objetivo maior: o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Em relação aos recursos que serão destinados ao FDCO, não há inovação. A garantia de recursos para o FDA e o FDNE e sua correção pela variação da receita corrente líquida da União constava das Medidas Provisórias nº 2.157-5, de 2001, que criou a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) e extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e nº 2.156-5, de 2001, que criou a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) e extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento do

Nordeste (Sudene). Essa fórmula foi mantida nos Projetos de Lei Complementar n^{os} 76 e 91, de 2003, que tratavam, respectivamente, da recriação da Sudene e da Sudam, e que deram origem às Leis Complementares n^{os} 125 e 124, de 2007, respectivamente.

É necessário ressaltar ainda que o Ministério da Integração Nacional terá papel relevante na destinação dos recursos do FDCO, uma vez que lhe caberá fixar as orientações gerais norteadoras das decisões do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, responsável pelo estabelecimento dos critérios para a seleção das iniciativas de investimento, as prioridades para a aplicação dos recursos do FDCO e os critérios para a exigência de contrapartida dos estados e dos municípios no que tange aos investimentos.

No propósito de melhorar as condições de financiamento e aumentar a capilaridade de recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FCO e FNE), apresentamos, no art. 19 do Substitutivo, alterações na Lei n^o 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea *c*, da Constituição Federal, e trata do funcionamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Nesse sentido, com as alterações propostas, procuramos ampliar os agentes operadores do FCO. Também introduzimos o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste na sistemática de administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste.

Outra modificação importante para melhorar as condições de acesso aos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento por parte dos produtores do Norte, Nordeste e Centro-Oeste foi a possibilidade de criação, a cargo do Conselho Deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento, de ouvidorias para atender especificamente às reclamações e sugestões de mutuários dos financiamentos concedidos com recursos dos Fundos.

Por fim, no art. 21 do Substitutivo, propomos a criação de condições operacionais que permitam a imediata entrada em funcionamento da Autarquia, autorizando o Poder Executivo a remanejar à Sudeco dotações orçamentárias consignadas a órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Integração Nacional, para aplicação no Centro-Oeste.

A Emenda nº 1 – CCJ, de autoria do Senador Valter Pereira, propõe modificação no art. 15 do substitutivo da Câmara dos Deputados, para que os recursos do FCO, até a entrada em atividade do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste, sejam operados pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Regional de Brasília, Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul e por outras instituições financeiras em cujo capital social o setor público seja majoritário, bem assim pelas agências de fomento e organizações de crédito credenciadas.

Acreditamos que as alterações propostas ao art. 9º da Lei 7.827/89, constantes do Substitutivo, atendem as modificações sugeridas pela Emenda nº 1 – CCJ, uma vez que permitem aos conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento autorizar o repasse de recursos dos fundos constitucionais para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, desde que detenham capacidade técnica e estrutura operacional e administrativa exigidas para a realização das operações de financiamento. Desse modo, consideramos que o pleito da Emenda nº 1 – CCJ, de autoria do Senador Valter Pereira, foi atendido na forma do Substitutivo.

A análise da Emenda nº 1 – CDR, de autoria do Senador Marconi Perillo, deve ter como ponto de partida o fato de que a entrega dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento aos bancos administradores tem sido feita de acordo com a mesma sistemática estabelecida para os Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM) e, como tal, os Fundos têm sido imunes a qualquer tipo de contingenciamento de recursos. Assim, a atenção deve se voltar para a eventualidade de destinação dos recursos dos Fundos para fins diferentes das prioridades estabelecidas no plano de desenvolvimento regional, sob a responsabilidade das respectivas superintendências de desenvolvimento regional.

Neste sentido, a Emenda nº 1 – CDR pode dar uma decisiva contribuição ao marco legal e institucional do funcionamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento mediante a adição do ditame legal proposto no novo inciso XI do art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989. Assim, a modificação proposta pela Emenda nº 1 – CDR, de autoria do Senador Marconi Perillo, acolhida na forma do Substitutivo. Essa alteração reforça as atribuições dos respectivos conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento no papel de gestor principal da aplicação dos recursos dos Fundos.

O novo inciso XI, adicionado ao art. 3º da Lei 7.827, de 1989, determina que a programação anual das receitas e despesas seja feita com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento nos conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento.

A principal vantagem proporcionada pelo novo dispositivo consiste na transparência da gestão dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, pois não mais haverá destinação de recursos para aplicações ou funções que não estejam previstas no programa de financiamento do exercício seguinte aprovado pelo respectivo Conselho Deliberativo de Desenvolvimento. Como se trata de patrimônio público de cerca de R\$ 45 bilhões e como os Fundos representam o principal instrumento de promoção da atenuação das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento, é indispensável que haja transparência quanto às informações, pois se trata de requisito indispensável para uma gestão democrática e eficiente.

A Emenda nº 2 – CDR, também de autoria do Senador Marconi Perillo, trata de uma das dificuldades com que se deparam os tomadores no acesso ao financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais. Trata-se da exigência de garantias além dos níveis necessários à segurança das operações, sobretudo quando se trata de pequenos e médios produtores. No entanto, não cabe limitar em lei complementar o teto para as garantias exigidas pelas instituições financeiras caso, em sua avaliação, os riscos superem as garantias oferecidas.

Lembramos que, para a administração de conflitos ou de situações inusitadas, propusemos modificação da Lei nº 7.827, de 1989, mediante a previsão de um novo dispositivo, o art. 18-A. Deste modo, as superintendências de desenvolvimento regional poderão criar ouvidorias para analisar os excessos cometidos pelas instituições financeiras. Cremos que esse é um meio para evitar a exigência de garantias excessivas por parte de instituições financeiras, sem a necessidade de estabelecer em lei complementar um teto para essas garantias.

Assim, a Emenda nº 2 – CDR foi acolhida na forma do Substitutivo, mediante a adição do inciso XII ao art. 3º da Lei nº 7.827, de 1989. Este dispositivo determina a divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento. O acesso público às normas de funcionamento dos Fundos permitirá conhecer os limites às exigências de garantia feitas pelo gerente dos bancos. Qualquer afronta a

estas normas dará sustentação às reclamações dos tomadores de empréstimos à Ouvidoria a que se refere o novo art. 18-A, conforme mencionado anteriormente.

III – VOTO

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2006 – Complementar, e pelo acolhimento das Emendas nº 1 – CCJ, nº 1 – CDR e nº 2 – CDR, na forma do Substitutivo a seguir apresentado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 119 (SUBSTITUTIVO), DE 2006 – Complementar

Institui, na forma do art. 43 da Constituição Federal, a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), estabelece sua missão institucional, natureza jurídica, objetivos, área de atuação, instrumentos de ação e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I Da Missão Institucional

Art. 1º Fica instituída a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), de natureza autárquica especial, com autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo único. A Sudeco manterá representantes regionais à medida que for exigido pelo desenvolvimento de suas atividades, que serão executadas em articulação com os governos estaduais.

Art. 2º A área de atuação da Sudeco abrange os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e o Distrito Federal.

Art. 3º A Sudeco tem por finalidade promover o desenvolvimento regional, de forma incluyente e sustentável, e a integração competitiva da base produtiva regional na economia nacional e internacional.

Art. 4º Compete à Sudeco:

I – definir objetivos e metas econômicas e sociais que levem ao desenvolvimento sustentável da Região Centro-Oeste;

II – elaborar o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, articulando-o com as políticas e os planos de desenvolvimento nacional, estaduais e municipais e, em especial, com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional;

III – formular programas e ações junto aos ministérios para o desenvolvimento regional;

IV – articular a ação dos órgãos e entidades públicos e fomentar a cooperação dos entes econômicos e sociais representativos da região;

V – assessorar, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão na elaboração do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento geral da União em relação aos projetos e atividades prioritários para o Centro-Oeste;

VI – atuar como agente do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal e assegurar a diferenciação regional das políticas públicas nacionais, que sejam relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste, conforme disposto no § 7º do art. 165 da Constituição Federal e no *caput* e § 1º do art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

VII – apoiar, em caráter complementar, os investimentos públicos e privados nas áreas de infra-estrutura econômica e social, a capacitação de recursos humanos, a inovação e a difusão tecnológica, as políticas sociais e culturais e as iniciativas de desenvolvimento regional;

VIII – promover a cooperação com consórcios públicos e organizações sociais de interesse público para o desenvolvimento econômico e social da Região Centro-Oeste;

IX – assegurar a articulação das ações de desenvolvimento com o manejo controlado e sustentável dos recursos naturais;

X – estimular a obtenção de patentes e apoiar as iniciativas que visam impedir que o patrimônio da biodiversidade seja pesquisado, apropriado e patenteado em detrimento dos interesses da Região e do País;

XI – promover o desenvolvimento econômico, social e cultural e a proteção ambiental dos ecossistemas regionais, em especial do Cerrado e do Pantanal, por meio da adoção de políticas diferenciadas para as sub-regiões;

XII – identificar, estimular e promover oportunidades de investimentos em atividades produtivas e iniciativas de desenvolvimento regional, na forma da lei e nos limites do art. 43, § 2º, da Constituição Federal;

XIII – definir, mediante resolução, os critérios de aplicação dos recursos dos fundos de desenvolvimento e dos fundos setoriais na região, em especial aqueles vinculados ao desenvolvimento científico e tecnológico;

XIV – coordenar programas de extensão e gestão rural e de assistência técnica e financeira internacional no Centro-Oeste;

XV – promover o ordenamento e a gestão territorial, em escalas regional, sub-regional e local;

XVI – gerenciar os programas de desenvolvimento regional do Governo Federal constantes nas leis orçamentárias direcionados à Região Centro-Oeste;

XVII – gerenciar, por delegação do Ministério da Integração Nacional ou de outros órgãos e entidades da administração pública federal, programas de desenvolvimento regional que abrangem tanto municípios situados no Centro-Oeste como municípios situados em outras macro-regiões do País, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do FCO e do FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos municípios situados fora do Centro-Oeste;

XVIII – observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, gerenciar o Programa da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), criado pela Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, sendo vedada a utilização de recursos próprios, do FCO e do FDCO, sob qualquer forma ou finalidade, nos municípios situados fora do Centro-Oeste;

XIX – observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional e ouvidos os Estados e o Distrito Federal, estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), em consonância o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

XX – observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional e ouvidos os Estados e o Distrito Federal, estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Parágrafo único. As ações da Sudeco serão pautadas pelas diretrizes e prioridades do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Art. 5º A Sudeco compõe-se de:

I – Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II – Conselho Administrativo da RIDE;

III – Diretoria Colegiada;

IV – Procuradoria-Geral;

V – Auditoria-Geral;

VI – Ouvidoria.

Art. 6º São instrumentos de ação da Sudeco:

I – o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II – o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO);

III – o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO);

IV – os programas de incentivos e benefícios fiscais e financeiros, na forma da Constituição Federal e da legislação específica;

V – outros instrumentos definidos em lei.

Parágrafo único. Os recursos destinados ao desenvolvimento regional de caráter constitucional ou legal integrarão o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, de forma compatibilizada com o plano plurianual do Governo Federal.

Art. 7º Constituem receitas da Sudeco:

I – dotações orçamentárias consignadas no Orçamento-Geral da União;

II – transferências do FDCO, equivalentes a dois por cento do valor de cada liberação de recursos, para aplicação conforme o disposto no § 7º do art. 17 desta Lei;

III – outras receitas previstas em lei.

CAPÍTULO II Do Conselho Deliberativo

Art. 8º Integram o Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste:

I – os governadores dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e do Distrito Federal;

II – os Ministros de Estado da Fazenda, da Integração Nacional e do Planejamento, Orçamento e Gestão;

III – representantes dos Municípios de sua área de atuação, escolhidos e indicados na forma a ser definida em resolução do Conselho Deliberativo por proposta da Diretoria Colegiada;

IV – representantes da classe empresarial, da classe dos trabalhadores e de organizações não-governamentais, com atuação na Região Centro-Oeste, indicados na forma a ser definida em resolução do Conselho Deliberativo por proposta da Diretoria Colegiada;

V – o Superintendente da Sudeco;

VI – o Presidente da instituição financeira federal administradora do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO).

§ 1º Terão assento no Conselho Deliberativo, com direito a voto, sempre que a pauta assim o requerer, além dos Ministros mencionados no inciso II do *caput*, os Ministros de Estado das demais áreas de atuação do Poder Executivo, de acordo com o disposto no regimento interno do Colegiado.

§ 2º O Conselho Deliberativo será presidido pelo Ministro de Estado da Integração Nacional, exceto quando estiver presente o Presidente da República, que, nessas ocasiões, presidirá a reunião.

§ 3º Os Governadores de Estado, quando ausentes, somente poderão ser substituídos pelo Vice-Governador do respectivo Estado.

§ 4º Os Ministros de Estado, quando ausentes, somente poderão ser substituídos pelo Secretário-Executivo do respectivo Ministério.

§ 5º O Presidente da instituição financeira administradora do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste somente poderá ser substituído por outro membro da diretoria.

§ 6º Poderão ainda ser convidados a participar de reuniões do Conselho, sem direito a voto, dirigentes de órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal.

§ 7º Na reunião de instalação do Conselho Deliberativo, será iniciada a apreciação de proposta de regimento interno do Colegiado.

Art. 9º O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste se reunirá trimestralmente e terá suas atividades e iniciativas reguladas conforme regimento interno a ser aprovado por seus membros.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste contará com uma Secretaria-Executiva, que será dirigida pelo Superintendente da Sudeco, e terá como atribuições o encaminhamento das questões submetidas ao Colegiado e o acompanhamento de suas resoluções.

Art. 10. São atribuições do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste a aprovação dos planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas que priorizem as iniciativas voltadas para a promoção dos setores relevantes da economia regional, e o acompanhamento dos seus trabalhos, diretamente ou mediante comitês temáticos, cuja composição, competência e forma de operação constarão do regimento interno do Conselho.

§ 1º Em relação ao FCO, observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional, compete ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste:

I – estabelecer, anualmente, as diretrizes, as prioridades e o programa de financiamento, em consonância com o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II – avaliar, periodicamente, os resultados obtidos com base em relatórios elaborados por sua Secretaria-Executiva;

III – determinar as medidas de ajuste necessárias ao cumprimento das diretrizes aprovadas.

§ 2º Cabe ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste observar e executar o disposto na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, quanto às atribuições reservadas aos conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento.

§ 3º Até a instalação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, as atribuições relativas ao FCO serão exercidas, temporariamente, pelo Conselho Deliberativo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (CONDEL/FCO).

§ 4º Em relação ao FDCO, observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional, compete ao Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste:

I – estabelecer, anualmente, o programa de aplicação dos recursos, no exercício seguinte, no financiamento de investimentos em infra-estrutura e serviços públicos de grande relevância para a economia regional, observadas as diretrizes e prioridades estabelecidas no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II – credenciar os agentes executores e definir suas atribuições e responsabilidades na aplicação dos recursos do FDCO;

III – analisar e deliberar sobre os investimentos a serem financiados com recursos do FDCO, com base em parecer emitido por sua Secretaria-Executiva;

IV – apreciar os projetos de investimento apresentados nos termos do art. 17 desta Lei.

§ 5º Para monitorar e acompanhar as diretrizes definidas no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional, poderão ser constituídos comitês temáticos integrados por:

I - representantes da Sudeco, que os presidirão, e dos Estados e Distrito Federal;

II - representantes de órgãos e entidades públicas e privadas com atuação relevante para o desenvolvimento regional, tais como:

a) entidades representativas da classe empresarial e dos trabalhadores do Centro-Oeste, indicados na forma a ser definida em resolução do Conselho Deliberativo;

b) organizações sociais de interesse público que tratem de temas relacionados à economia regional e universidades do Centro-Oeste, indicados na forma a ser definida em resolução do Conselho Deliberativo.

§ 6º Cabe ao Conselho Deliberativo criar, nos termos do § 5º deste artigo, comitês temáticos, permanentes ou provisórios, fixando, no ato da sua criação, a composição, atribuições e o prazo para funcionamento.

§ 7º O Conselho Deliberativo aprovará, anualmente, relatório com a avaliação dos programas e ações do Governo Federal que sejam relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste, observando as seguintes diretrizes:

I - o relatório será encaminhado à Comissão Mista referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal e às demais comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, obedecido o mesmo prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária da União;

II - o relatório deverá avaliar o cumprimento dos planos, diretrizes de ação e propostas de políticas públicas aprovados pelo Conselho Deliberativo, com destaque aos projetos e ações de maior impacto para o desenvolvimento regional.

CAPÍTULO III Da Diretoria Colegiada

Art. 11. A Diretoria Colegiada será presidida pelo Superintendente da Sudeco e composta por mais três Diretores, todos de livre escolha e nomeação pelo Presidente da República, cabendo-lhes a administração geral da Autarquia e o cumprimento das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, na forma do regulamento a ser expedido pelo Ministério da Integração Nacional.

Parágrafo único. A estrutura básica da Sudeco, as competências de suas unidades e seu quadro de pessoal serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

Art. 12. Compete à Diretoria Colegiada:

I – exercer a administração da Sudeco;

II – assistir o Conselho Deliberativo, suprindo-o das informações e dos estudos e projetos que se fizerem necessários ao exercício de suas atribuições;

III – cumprir e fazer cumprir as diretrizes e propostas aprovadas pelo Conselho Deliberativo;

IV – editar normas sobre matérias de competência da Sudeco, com base em resoluções do Conselho Deliberativo;

V – aprovar o regimento interno da Sudeco;

VI – estudar e propor ao Conselho Deliberativo diretrizes para o desenvolvimento regional, consolidando as propostas no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, com metas e com indicadores objetivos para avaliação e acompanhamento;

VII – encaminhar os relatórios de gestão e os demonstrativos contábeis da Sudeco aos órgãos competentes;

VIII – autorizar a divulgação de relatórios sobre as atividades da Sudeco;

IX – decidir pela afetação, desafetação, venda, cessão ou aluguel de bens integrantes do patrimônio da Sudeco;

X – notificar e aplicar as sanções previstas na legislação;

XI – conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de membros da Diretoria.

§ 1º A Diretoria Colegiada reunir-se-á com a presença de, pelo menos, três diretores, dentre eles o Superintendente, e deliberará por maioria simples de votos, na forma do regulamento a ser expedido pelo Ministério da Integração Nacional.

§ 2º As decisões relacionadas com as competências institucionais da Sudeco serão tomadas pela Diretoria Colegiada.

CAPÍTULO IV

Do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Art. 13. O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste consistirá em instrumento de redução das desigualdades regionais, incremento da competitividade da economia regional, inclusão social e proteção ao meio ambiente, observado o disposto no inciso II do art. 4º.

§ 1º A Sudeco, em conjunto com os órgãos e entidades federais presentes na região e em articulação com os governos estaduais, elaborará o Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, a ser submetido ao Congresso Nacional, nos termos do inciso IV do art. 48, do § 4º do art. 165, e do inciso II do § 1º do art. 166 da Constituição Federal.

§ 2º O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste, que terá vigência de quatro anos e será revisado anualmente, observadas as mesmas regras aplicáveis ao Plano Plurianual, compreenderá:

I - os programas e os projetos prioritários para atingir os objetivos e as metas econômicas e sociais do Centro-Oeste, com identificação das respectivas fontes de financiamento;

II – as metas anuais e quadrienais para as políticas públicas federais relevantes para o desenvolvimento do Centro-Oeste.

Art. 14. Observadas as diretrizes e orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional, a Sudeco avaliará o cumprimento do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste por meio de relatórios anuais submetidos ao Conselho Deliberativo e encaminhados à Comissão Mista referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal e às demais comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, obedecido o mesmo prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária da União.

§ 1º O Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste terá, entre outros, os seguintes objetivos prioritários:

I – diminuição das desigualdades espaciais e interpessoais de renda;

II – geração de emprego e renda;

- III – redução da taxa de analfabetismo;
- IV – melhoria das condições de habitação;
- V – universalização do saneamento básico;
- VI – universalização dos níveis de ensino infantil, fundamental e médio;
- VII – fortalecimento do processo de interiorização do ensino superior;
- VIII – garantia de implantação de projetos para o desenvolvimento tecnológico;
- IX – garantia da sustentabilidade ambiental;
- X – redução do custo de transporte dos produtos regionais até os principais mercados domésticos e internacionais.

§ 2º Para monitoramento e acompanhamento dos objetivos definidos no § 1º, serão utilizados os dados produzidos pelos institutos de estatística dos poderes públicos federal, estaduais e municipais, além de relatórios produzidos por órgãos e entidades, públicas e privadas, com atuação relevante para o desenvolvimento regional.

§ 3º A avaliação do cumprimento dos objetivos e metas relativas ao desenvolvimento regional terá como referências, entre outros indicadores, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto *per capita*, conforme metodologia estabelecida pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará, anualmente, ao Congresso Nacional, como parte integrante da proposta orçamentária, anexo contendo a regionalização das dotações orçamentárias para o Centro-Oeste, nos termos do que determinam o art. 165, § 7º, da Constituição Federal, e o art. 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

CAPÍTULO V

Do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste

Art. 16. Fica criado o Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), de natureza contábil, vinculado à Sudeco, com a finalidade de assegurar recursos para a implantação de projetos de desenvolvimento e a realização de investimentos em infra-estrutura, ações e serviços públicos considerados prioritários no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, observadas as orientações gerais fixadas pelo Ministério da Integração Nacional, estabelecerá, além do disposto no § 4º do art. 10:

I - os critérios para a seleção dos projetos de investimento, segundo a relevância para o desenvolvimento regional e conforme o estabelecido no Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste;

II - as prioridades para a aplicação dos recursos do FDCO e os critérios para a exigência de contrapartida dos Estados e Municípios no que se refere aos projetos de investimento apoiados.

Art. 17. O FDCO será gerido pela Sudeco, conforme regulamento.

§ 1º Os projetos de investimento serão apresentados à Sudeco, que os submeterá à apreciação do Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, para análise de seu enquadramento nos objetivos e prioridades do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

§ 2º Os recursos do FDCO somente serão aplicados em projetos de relevância regional e que tenham sido analisados e aprovados pelo Conselho Deliberativo do Desenvolvimento do Centro-Oeste, com base em parecer de sua Secretaria-Executiva, de acordo com o disposto no § 4º do art. 10 desta Lei.

§ 3º É vedada a destinação de recursos do FDCO a iniciativas cuja repercussão se restrinja ao contexto local, sem impacto na economia regional.

§ 4º Os projetos aprovados serão acompanhados e avaliados tecnicamente pela Sudeco, conforme definido no regulamento.

§ 5º Os recursos do FDCO não poderão ser utilizados para despesas de manutenção administrativa da Sudeco ou de órgão ou entidade da Administração Pública de qualquer esfera de governo.

§ 6º Ao término de cada projeto, a Sudeco efetuará uma avaliação final, de forma a verificar a fiel aplicação dos recursos, observadas as normas e procedimentos a serem definidos no regulamento desta Lei, bem como a legislação em vigor.

§ 7º A cada parcela de recursos liberados, serão destinados dois por cento para custeio de atividades em pesquisa, desenvolvimento e tecnologia de interesse do desenvolvimento regional, na forma a ser definida pelo Conselho Deliberativo.

Art. 18. Constituem recursos do FDCO:

I – dotações orçamentárias consignadas nas Leis Orçamentárias Anuais e em seus créditos adicionais;

II – eventuais resultados de aplicações financeiras dos seus recursos;

III – produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;

IV – a reversão dos saldos anuais não aplicados, apurados na forma do disposto no § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V – os recursos oriundos de juros e amortizações de financiamentos; e

VI – outros recursos previstos em lei.

Parágrafo único. As disponibilidades financeiras do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste ficarão depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional, à ordem da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

CAPÍTULO VI

Do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

Art. 19. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º

XI – programação anual das receitas e despesas com nível de detalhamento que dê transparência à gestão dos Fundos e favoreça a participação das lideranças regionais com assento no conselho deliberativo das superintendências regionais de desenvolvimento;

XII – divulgação ampla das exigências de garantias e outros requisitos para a concessão de financiamento. (NR)

Art. 9º Observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, os conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento poderão autorizar repasses de recursos dos respectivos fundos constitucionais de financiamento a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

§ 1º As instituições financeiras federais de caráter regional fornecerão aos conselhos deliberativos das superintendências regionais de desenvolvimento parecer quanto à capacidade técnica das instituições que pleiteiam o recebimento de repasses de recursos dos Fundos e a avaliação se sua estrutura operacional e administrativa está apta a realizar, com segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, os programas de financiamento propostos.

§ 2º As instituições beneficiárias dos repasses deverão devolver às instituições financeiras federais de caráter regional os recursos repassados de acordo com o cronograma de reembolso das operações de financiamento, independentemente do tempestivo pagamento pelo tomador final.

§ 3º Os conselhos deliberativos das respectivas superintendências do desenvolvimento regional estabelecerão as normas, as rotinas e os procedimentos para a apresentação e análise das propostas de repasses de recursos a outras instituições financeiras e para sua inclusão no programa de financiamento para o exercício seguinte.

§ 4º Na apreciação pelos conselhos deliberativos das propostas a que se refere o § 3º deste artigo, também serão consideradas as propostas de repasses de recursos feitas, diretamente, às Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste por outras instituições financeiras.

§ 5º As propostas a que se referem os §§ 3º e 4º deste artigo serão consideradas aprovadas se obtiverem dois terços dos votos dos membros dos respectivos conselhos deliberativos.

§ 6º Às instituições financeiras que aplicarem recursos repassados pelos fundos constitucionais de financiamento, nos termos estabelecidos neste artigo, cabe o pagamento de *del credere* pelo risco de crédito assumido, de acordo com regulamento específico a ser estabelecido pelo Poder Executivo. (NR)

Art. 13.

I – Conselho Deliberativo das Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste.
.....(NR)

Art. 20.

§ 4º O relatório de que trata o *caput* deste artigo, acompanhado das demonstrações contábeis, devidamente auditadas, será encaminhado pelo respectivo conselho deliberativo da superintendência do desenvolvimento, juntamente com sua apreciação, às comissões que tratam da questão das desigualdades inter-regionais de desenvolvimento na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, para efeito de fiscalização e controle.
.....(NR)

Art. 20. A Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 18-A:

Art. 18-A. Observadas as orientações gerais estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional, às Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia, do Nordeste e do Centro-Oeste cabem a implantação e a manutenção de ouvidorias para atender às sugestões e reclamações dos agentes econômicos e de suas entidades representativas quanto às rotinas e procedimentos empregados na aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento.

Parágrafo único. As ouvidorias a que se refere o *caput* deste artigo terão seu funcionamento guiado por regulamento próprio, que estabelecerá as responsabilidades e as possibilidades das partes envolvidas, reservando-se às instituições financeiras a obrigação de fornecimento das informações e justificações necessárias à completa elucidação dos fatos ocorridos e à superação dos problemas detectados.

CAPÍTULO VII

Disposições Finais e Transitórias

Art. 21. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou utilizar as dotações orçamentárias consignadas na lei orçamentária vigente a órgãos e entidades vinculadas ao Ministério da Integração Nacional, para aplicação na Região Centro-Oeste, à Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), mantida a mesma classificação orçamentária, expressa por categoria de programação em seu menor nível, assim como o seu detalhamento por esfera orçamentária, grupo de natureza de despesa, identificador de resultado primário, fonte de recursos, modalidade de aplicação e identificador de uso, em conformidade com o disposto na correspondente lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 22. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora